

**Alexandre Rocha Pintal**

# **DIREITO IMIGRATÓRIO**

**SERVIÇO PÚBLICO MIGRATÓRIO  
VISTOS  
ACORDOS DE RESIDÊNCIA  
NATURALIZAÇÃO**

**Atualizado até a RN 115/2014 CNIg**

**3ª Edição  
Revista e Atualizada**

Curitiba  
Juruá Editora  
2015

---

Visite nossos *sites* na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 978-85-362-5099-1**

**JURUÁ**  
EDITORA

**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Pintal, Alexandre Rocha.

P659      **Direito imigratório./ Alexandre Rocha Pintal./ 3ª edição./**  
**Curitiba: Juruá, 2015.**  
428p.

1. Imigração – Legislação. 2. Direito internacional público.  
I. Título.

CDD 341(22.ed.)

CDU 341

---

000019

# SUMÁRIO

---

## PARTE GERAL

<b>I</b>	<b>LIÇÕES PRELIMINARES</b> .....	33
1	Introdução .....	33
2	O fluxo migratório internacional .....	36
3	O fluxo migratório brasileiro .....	37
4	O perfil socioeconômico do imigrante no Brasil .....	47
<b>II</b>	<b>O CONTROLE IMIGRATÓRIO</b> .....	49
1	Introdução .....	49
2	Sistema Nacional de Procurados e Impedidos (SINPI) .....	51
3	Função consular .....	53
3.1	Lista de Controle Consular (LCC) .....	55
4	Área de Controle Integrado no âmbito do Mercosul e Bolívia .....	56
4.1	Fiscalização aeroportuária .....	56
<b>III</b>	<b>MARCOS TEÓRICOS</b> .....	57
1	A doutrina da segurança nacional .....	57
2	O problema das epidemias .....	59
3	O exame de saúde .....	62
4	O problema da informação criminológica .....	63
5	O problema da igualdade .....	64
6	O problema da soberania .....	71
7	As concepções tradicionais de soberania e a busca por um novo conceito .....	73
8	O papel do Poder Judiciário no exercício da soberania popular .....	77
9	O que se deve entender por soberania no século XXI .....	78
10	A personificação jurídica do estrangeiro .....	80

11	A imunidade de jurisdição do Estado estrangeiro .....	82
12	Estado de Direito Constitucional .....	83
13	O problema das minorias étnicas .....	85
14	O problema da exclusão social .....	86
15	O problema da discricionariedade .....	87
16	O problema da motivação .....	93
<b>IV</b>	<b>AUTONOMIA DO DIREITO IMIGRATÓRIO .....</b>	<b>97</b>
1	Introdução .....	97
1.1	A influência do pragmatismo e do utilitarismo .....	99
1.2	A autonomia do Direito Imigratório .....	100
2	Existência, validade, eficácia e efetividade das normas jurídicas .....	101
2.1	A função migratória .....	102
2.2	Natureza jurídica dos atos de imigração .....	102
2.3	Direito subjetivo .....	103
3	Princípios de Direito Imigratório .....	104
3.1	Princípio da dignidade da pessoa humana .....	105
3.1.1	Princípio da fraternidade .....	108
3.2	Princípio da legalidade .....	109
3.2.1	Princípio da razoabilidade .....	110
3.2.2	Princípio da proporcionalidade .....	111
3.3	Princípio da impessoalidade .....	111
3.4	Princípio da moralidade .....	112
3.5	Princípio da publicidade .....	112
3.5.1	Princípio da transparência .....	112
3.5.2	Princípio da motivação .....	113
3.6	Princípio da eficiência .....	114
3.7	Princípio da soberania .....	114
3.8	Princípio do livre exercício profissional .....	115
3.8.1	Princípio do livre acesso aos cargos públicos .....	117
3.9	Princípio da igualdade relativa entre naturalizados e nacionais .....	117
3.10	Princípio da pretensão resistida ou contenciosidade moderada .....	118
3.11	Princípio da norma mais favorável .....	119
3.12	Princípio da prioridade do interesse público .....	122
3.13	Princípio da reciprocidade .....	123

3.14	Elementos de conexão .....	124
3.14.1	Princípio da proximidade ou dos vínculos mais estreitos ....	124
3.15	Princípio da proteção familiar .....	125
3.16	Princípio da segurança da Sociedade e do Estado .....	125
3.17	Princípio da confidencialidade .....	126
3.18	Princípio da segurança jurídica .....	126

<b>V</b>	<b>STATUS JURÍDICO DO ESTRANGEIRO</b> .....	129
V.I	– ENTRADA .....	129
1	Introdução .....	129
2	Entrada .....	130
2.1	Quadro Geral de Regime de Vistos (QGRV) .....	131
3	Eficácia da lei estrangeira .....	138
4	O sentido do termo “residência” do art. 5º, <i>caput</i> , da Constituição Federal .....	138
5	O sentido do termo “residência” na Lei 6.815/80 .....	140
6	Entrada de Marítimos .....	141
7	Entrada de Tripulação Aérea .....	142
V.II	– ESTADA (PERMANÊNCIA TEMPORÁRIA OU PROVISÓRIA) ...	142
1	Introdução .....	142
2	O direito à vida .....	143
3	A pena de morte no Brasil .....	145
4	O direito à liberdade .....	145
5	A liberdade de locomoção .....	146
6	Acesso ao transporte público e privado .....	146
7	Autorização de viagem para crianças e adolescentes .....	146
8	Tráfego com veículo, Carteira de Habilitação e acidentes .....	147
9	Prisão administrativa .....	149
10	A liberdade de expressão .....	151
11	O direito de propriedade .....	152
12	Função social .....	152
13	Competência em relação a bens imóveis .....	153
14	Competência em relação a bens móveis .....	153
15	Sucessão de bens de estrangeiro .....	154
16	Mecanismos de proteção possessória .....	154
17	Limitações à aquisição imobiliária por parte de estrangeiro .....	154
17.1	Parecer CGU/AGU 01/08 .....	158

18	Aporte e remessa de capitais .....	159
19	Operações cambiais .....	160
19.1	Multas .....	161
19.2	Cadastro de Empresas (CADEMP) .....	162
20	Outros direitos civis .....	162
V.III – SAÍDA E RETORNO .....		163
1	Introdução .....	163
2	A saída e a contagem de prazo para a permanência e a naturalização ...	164
3	Impedimentos de retorno .....	165
V.IV – PERMANÊNCIA (PERMANÊNCIA DEFINITIVA OU RESI- DÊNCIA) .....		165
1	Introdução .....	165
2	Concessão de permanência e conversão do visto temporário em per- manente .....	166
3	Impedimentos de conversão .....	169
4	Tendências .....	169
5	Linhas gerais sobre o Visto de Trabalho .....	171
6	Direitos trabalhistas .....	172
6.1	Chamamento autônomo e recrutamento .....	173
6.2	Limitações formais às alterações da matriz normativa traba- lhista .....	173
7	A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) .....	173
8	A proteção do mercado de trabalho nacional .....	173
9	A proporcionalidade entre empregados estrangeiros e nacionais .....	175
10	Equiparação salarial entre estrangeiros e nacionais .....	177
11	Relação anual de empregados estrangeiros .....	177
12	Penalidades por infrações na contratação de estrangeiros .....	178
13	Disposições especiais sobre a contratação de marinheiros estran- geiros .....	178
14	Leis especiais .....	179
15	Dos crimes contra a organização do trabalho .....	180
16	Ingresso de estrangeiros em cargos públicos .....	180
16.1	Admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades .....	181
17	Revalidação de diplomas de curso superior .....	181
17.1	Reconhecimento de certificados de estudos de nível funda- mental e médio.....	182

18	O direito à educação .....	183
19	O direito à seguridade e à assistência social .....	183
19.1	Acordos Internacionais .....	184
19.2	Acordo de Seguridade Social do Mercosul e Regulamento .....	184

## PARTE ESPECIAL

<b>VI</b>	<b>DOCUMENTOS DE VIAGEM</b> .....	187
1	Introdução .....	187
1.1	Circulação de residentes no âmbito do Mercosul .....	188
1.2	Programa de Modernização, Agilização e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro (PROMASP) .....	189
2	Passaporte .....	189
2.1	Passaporte comum .....	190
2.1.1	Dispositivos de segurança .....	191
2.1.2	Cooperação consular no Mercosul .....	192
2.2	Passaporte para estrangeiro .....	193
2.3	Passaporte de emergência .....	193
2.4	Passaporte diplomático .....	194
2.4.1	Notas verbais do Itamaraty .....	194
2.4.2	Carteira de matrícula consular .....	195
2.5	Passaporte oficial .....	196
2.6	<i>Laissez-Passer</i> .....	196
2.7	Autorização de retorno .....	196
2.8	Salvo-conduto .....	197
2.9	Cédula de identidade civil, certificado de membro de tripulação de transporte aéreo e carteira de marítimo.....	197
3	Sistema de Controle e Emissão de Documentos de Viagem.....	197
<b>VII</b>	<b>VISTOS</b> .....	199
1	Conceito .....	199
2	Vistos de entrada .....	200
2.1	Extensão aos dependentes .....	203
2.2	Hipóteses de dispensa de visto .....	204
3	Visto de trânsito (VITRA) .....	204
4	Visto de turista (VITUR) .....	205

4.1	Vistos de curta duração no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) .....	207
5	Visto de cortesia (VICOR) .....	208
6	Visto oficial (VISOF) .....	209
7	Visto Diplomático (VIDIP) .....	209
8	Vistos temporários (VITEM) .....	210
8.1	Vitem I – missões culturais, de pesquisa ou estudos, estágio e treinamento desportivo .....	211
8.1.1	Visto para intercâmbio estudantil .....	211
8.1.2	Visto para estágio .....	212
8.1.3	Visto para atletas amadores maiores de 14 anos e menores de 21 anos .....	213
8.1.4	Visto para artista ou desportista sem vínculo empregatício .....	214
8.1.5	Visto para serviço voluntário .....	215
8.1.6	Visto ao abrigo de acordo de cooperação internacional ...	216
8.1.7	Vistos para conferências, seminários, congressos e reuniões na área de pesquisa e desenvolvimento; para cooperação científico-tecnológica; e para cientistas, pesquisadores, professores ou profissionais sob contrato de trabalho ou aprovados em concurso público em instituição brasileira de ensino e/ou pesquisa .....	217
8.1.8	Vistos para trabalho de estudante em gozo de férias acadêmicas de instituição de ensino estrangeira .....	218
8.1.9	Visto para estrangeiro que pretenda realizar investigações para a elaboração de proposta licitatória na concessão de trechos ferroviários.....	219
9	Visto para tratamento de saúde .....	219
10	VITEM II – viagem de negócios, adoções, filmagens, tripulante desprovido da carteira internacional correspondente .....	220
10.1	Visto para reportagem ou filmagem, gravação ou captação de imagens .....	220
11	VITEM III – Artista e desportista .....	220
12	VITEM IV – Estudante e/ou bolsista de instituição de ensino brasileira, inclusive de formação religiosa .....	221
13	VITEM V – profissional sob regime de contrato de trabalho, voluntário em assistência social e religioso leigo, assistência técnica, treinamento profissional, residência médica e estágio cultural .....	221



13.1	Visto para atleta profissional com vínculo empregatício no Brasil .....	221
13.2	Visto para estágio cultural .....	222
13.3	Visto para empregados em embarcações de longo curso .....	222
13.4	Visto para tripulante de embarcação de pesca estrangeira arrendada por empresa brasileira .....	223
13.5	Visto para estrangeiro sob contrato de transferência de tecnologia e prestação de serviço de assistência técnica, de acordo de cooperação ou convênio, sem vínculo empregatício ou em situação de emergência .....	224
13.6	Visto para trabalho .....	226
	13.6.1 Autorização para trabalho .....	228
	13.6.2 Cadastro Eletrônico de Entidades Requerentes de Autorização para Trabalho de Estrangeiros (CERTe) .....	229
13.7	Visto para estrangeiro vinculado a grupo econômico transnacional cuja matriz seja empresa brasileira .....	231
13.8	Visto para trabalho em embarcação ou plataforma estrangeira ..	232
13.9	Visto para empregado a bordo de embarcação estrangeira, sem vínculo empregatício no Brasil e sem carteira de marítimo .....	234
13.10	Visto para treinamento profissional posterior à conclusão de curso superior ou profissionalizante, sem vínculo empregatício no Brasil .....	236
13.11	Chamada de mão de obra para serviço ao governo brasileiro .....	236
13.12	Visto para intercâmbio profissional .....	237
13.13	Visto temporário e Autorização de Trabalho para estrangeiros que pretendam trabalhar na Copa das Confederações (2013), na Copa do Mundo (2014) e nos Jogos Olímpicos/Paraolímpicos (2016) .....	238
13.14	Visto e Autorização de Trabalho para haitianos originários de Porto Príncipe .....	239
14	VITEM VI – correspondente de meios de comunicação estrangeiros ..	239
15	VITEM VII – ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa, que viajem ao Brasil como missionários .....	240
16	Vistos permanentes (VIPER) .....	241
	16.1 Visto para reunião familiar .....	241
	16.2 Visto para aposentados .....	242

16.3	Visto para cientistas, investidores, dirigentes de empresas e outros .....	243
16.4	Visto para professor, técnico, pesquisador ou cientista .....	243
16.5	Visto para diretor ou administrador de entidade religiosa ou assistência social .....	244
16.6	Visto para administrador, gerente, diretor ou executivo de sociedade comercial .....	245
16.7	Visto para investidor, administrador ou diretor de empresa localizada em Zona de Processamento de Exportação .....	247
16.8	Visto para investidor estrangeiro, pessoa física .....	247
16.9	Visto com base em união estável .....	249
16.10	Visto para estrangeiros que perderam a condição de permanência por ausência do país .....	251
16.11	Permanência definitiva para asilados e refugiados .....	252
16.12	Visto para representante de instituição financeira ou assemelhada sediada no exterior .....	252
16.13	Visto para estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas .....	253
17	Casos omissos .....	254
17.1	Procedimento .....	255
<b>VIII REGISTRO CIVIL E EMPRESARIAL DE ESTRANGEIROS .....</b>		<b>257</b>
1	Introdução .....	257
1.1	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) .....	258
1.2	Registro civil e trabalhista para fronteiriços .....	259
1.2.1	Trânsito vicinal fronteira entre os Estados-Parte do Mercosul .....	259
1.3	Renovação de CIE/RNE .....	260
1.4	Alteração de assentamentos .....	261
1.5	Cancelamento e restabelecimento de registro .....	263
2	Registro empresarial de estrangeiros .....	263
2.1	Proteção do nome empresarial, propriedade industrial e direitos autorais .....	264
2.2	Arquivamento e averbação de atos constitutivos .....	265
2.3	Proteção jurídica das sociedades de responsabilidade limitada ..	269
2.4	Registro de organizações civis estrangeiras sem fins lucrativos de interesse público .....	270

<b>IX</b>	<b>ACORDOS ESPECIAIS DE RESIDÊNCIA (PERMANÊNCIA)</b>	273
1	Introdução	273
2	Acordos Brasil-Portugal	273
2.1	Acordo de contratação recíproca Brasil-Portugal	273
2.1.1	Visto temporário ou permanente para portugueses ao abrigo do Acordo de Contratação Recíproca	274
2.2	Regime de reciprocidade entre brasileiros e portugueses	275
2.3	Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses (Decreto 70.391/72)	276
2.4	Estatuto da Igualdade (Decreto 3.927/01)	276
2.4.1	Procedimento	277
2.5	Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas	277
3	Acordos no âmbito do Mercosul	278
3.1	Acordo de Residência do Mercosul, Bolívia e Chile	279
3.2	Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais no Mercosul	280
3.3	Acordo sobre Dispensa de Tradução de Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados-Partes do Mercosul, Bolívia e Chile	282
3.4	Acordo sobre Regularização Migratória do Mercosul, Bolívia e Chile	282
4	Acordo de permanência Brasil-Argentina	283
4.1	Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais Brasil-Argentina	284
4.2	Tratado de São Borja para dispensa de vistos de entrada Brasil-Argentina	285
5	Acordo de Regularização Migratória Brasil-Bolívia	286
5.1	Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	287
<b>X</b>	<b>NACIONALIDADE</b>	289
1	Conceito	289
1.1	Nacionalidade originária e derivada	290
1.2	Perda da nacionalidade brasileira	292
1.2.1	Procedimento	297
1.3	Reaquisição da nacionalidade brasileira	299
1.3.1	Procedimento	299
1.4	Perda da nacionalidade estrangeira	300

1.5	Opção de Nacionalidade .....	300
1.5.1	Reexame necessário .....	301
<b>XI</b>	<b>NATURALIZAÇÃO</b> .....	<b>303</b>
1	Introdução .....	303
1.1	Espécies de naturalização .....	305
2	Naturalização extraordinária .....	306
3	Naturalização ordinária .....	307
3.1	Procedimento .....	309
4	Naturalização especial .....	312
5	Naturalização provisória e conversão em naturalização definitiva .....	312
5.1	Procedimento .....	313
6	Efeitos da naturalização .....	313
7	Declaração de nulidade de naturalização .....	313
8	Os direitos políticos .....	314
8.1	Cidadania .....	314
8.2	Direitos políticos dos naturalizados .....	315
8.3	Alistamento e inscrição eleitoral .....	316
8.4	Perda, suspensão e reaquisição de direitos políticos .....	317
8.5	Inscrição partidária .....	317
8.6	Campanha eleitoral efetuada por estrangeiro .....	318
<b>XII</b>	<b>MEDIDAS SANCIONATÓRIAS</b> .....	<b>319</b>
1	Deportação .....	319
1.1	Procedimento .....	320
2	Expulsão .....	320
2.1	Impedimentos para a expulsão .....	323
2.2	Procedimento .....	327
2.3	Crimes .....	329
2.4	Crime de reingresso de estrangeiro expulso .....	330
2.5	Impedimento ao ato expulsório como causa excludente de tipicidade e antijuridicidade .....	332
2.6	Classificação e competência .....	333
2.7	Reingresso de estrangeiro expulso e direito de visita .....	334
3	Multa .....	335
3.1	Lavratura de auto e processo administrativo de liquidação da multa .....	337

4	Extradição .....	338
4.1	Competência .....	338
4.2	Restrições constitucionais .....	339
4.3	Restrições legais .....	340
4.4	Concurso de preferência para a extradição .....	340
4.5	Procedimento .....	341
4.6	Controle de legalidade estrita .....	344
4.7	Princípio da especialidade .....	346
4.8	Princípio da dupla tipicidade .....	346
4.9	Princípio da anterioridade .....	348
4.10	Princípio da consunção .....	348
4.11	Comutação de pena .....	348
4.12	Exposição e instrução da causa .....	348
4.13	Dupla nacionalidade .....	349
4.14	Casamento e filiação .....	350
4.15	Tratados de Extradição firmados pelo Brasil .....	351
4.16	Difusão internacional ou difusão vermelha .....	352
4.17	Banimento .....	353
<b>XIII</b>	<b>INSTITUTOS CORRELATOS .....</b>	<b>355</b>
1	Retirada .....	355
1.1	Repatriação .....	355
1.2	Responsabilidade do transportador .....	356
1.3	Repatriação de marítimos .....	356
2	Asilo político ou diplomático e asilo territorial .....	359
2.1	Procedimento .....	362
2.2	Disposições gerais .....	363
3	Refúgio .....	363
3.1	Marcos regulatórios .....	364
3.2	Beneficiários .....	365
3.3	Cessação e perda da condição de refugiado .....	365
3.4	Direitos civis e trabalhistas .....	366
3.5	Procedimento .....	366
	3.5.1 Recurso .....	368
3.6	Comitê Nacional para Refugiados (Conare) .....	369

3.6.1	Fundado temor de perseguição .....	369
3.6.2	Princípio do <i>in dubio pro</i> refugiado .....	374
3.6.3	Princípio da vulnerabilidade .....	375
3.6.4	Generalizada violação de direitos humanos .....	378
3.6.5	Refúgio <i>sur place</i> .....	379
3.6.6	Instruções normativas .....	379
3.7	Refúgio e extradição .....	380
3.8	Refúgio e expulsão .....	382
3.9	Refúgio e repatriação .....	382
3.10	Reassentamento .....	382
3.11	Estatuto dos Refugiados .....	383
4	Requisição de menores raptados .....	384
5	Alimentos no plano internacional .....	386
6	Anistia imigratória .....	388
7	Homologação de sentenças estrangeiras e <i>exequatur</i> .....	391
8	Apatridia .....	393
8.1	Princípio da não discriminação .....	393
8.2	Princípio da norma mais favorável .....	394
9	Transferência internacional de presos .....	395
9.1	Procedimento .....	396
10	Permanência de estrangeiro condenado criminalmente .....	396
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	397
	<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b> .....	403